FOCO NA PREVIDÊNCIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O GRANDE desafio da economia brasileira atual reside no ajuste das contas públicas. De fato, o resultado primário do setor público como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) no início da década era superior a 3%. Ao longo da primeira metade da década, a política fiscal foi conduzida de maneira relativamente irresponsável, baseada na crença equivocada de que a manutenção da demanda agregada aquecida via gastos públicos levaria a um aumento dos investimentos produtivos. Essa ilusão desfez-se na realidade dos fatos, que mostraram que os investimentos continuaram em um patamar relativamente baixo no País, incompatíveis com uma taxa de crescimento econômico sustentável da ordem de 3% ao ano. No entanto, o aspecto mais perverso dessa irresponsabilidade foi a geração de um desequilíbrio fiscal de magnitude assustadora: a corrosão do superávit primário no início da década desembocou em um déficit de mais de 1,4% no ano passado. Esse resultado só não foi pior por conta dos esforços do último ano do governo Temer em conter gastos públicos. A consequência direta disso foi um salto da dívida pública bruta do setor público da ordem de 25% do PIB entre 2014 e o final do ano passado.

A trajetória das variáveis fiscais, considerando uma perspectiva dinâmica, sinaliza uma situação insustentável no médio e no longo prazos caso nada seja feito. As projeções indicam que, na ausência de alguma correção do lado dos gastos públicos, o resultado primário tornar-se-á cada vez mais deficitário e o endividamento público crescerá recorrentemente. O crescimento desenfreado da dívida pública fatalmente levará, em algum momento, à sua moratória ou a um quadro inflacionário agudo, motivado pela necessidade de emissão de moeda pelo lado do Governo para financiar as suas contas.

Por conta disso, afora alguns setores movidos por interesses próprios, formou-se um consenso na sociedade acerca da necessidade de um ajuste efetivo das contas do governo pelo lado da contenção de gastos. Nesse sentido, deve ficar claro que todo esforço fiscal realizado nos últimos anos com foco para evitar o agravamento do quadro das contas públicas foi feito na compressão de gastos do Governo em diversos setores, e seus efeitos não são perceptíveis no curto prazo, mas são percebidos no longo prazo. Em outras palavras, o ajuste feito na contenção de gastos dos últimos anos só pode ser mantido no curto prazo, havendo a necessidade de um ajuste mais efetivo do lado das despesas públicas em termos estruturais.

A decomposição da estrutura dos gastos do governo federal nos últimos anos revela um quadro claro e preocupante. As contas da previdência social apresentaram um quadro de franca e acelerada deterioração, com o INSS registrando um déficit de R$ 195 bilhões (2,9% do PIB) em 2018. A piora das contas do sistema previdenciário ao longo da última década e meia é resultado de uma combinação de fatores perversos que vão além do envelhecimento populacional. As características assistencialistas conferidas ao INSS ao longo do tempo e os aumentos do salário-mínimo acima da inflação (que impactaram diretamente o piso do benefício previdenciário)

são elementos que têm impacto direto sobre o resultado do sistema.

Em função disso, é inadiável a realização de uma reforma da previdência que abranja diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, o novo governo enviou uma proposta de reforma ao Congresso Nacional no início de 2019. Essa proposta contém aspectos extremamente louváveis e é focada em múltiplas dimensões, e não apenas nos trabalhadores do setor privado. Em tese, a sua aprovação permitiria uma economia considerável aos cofres da União nos próximos anos.

No entanto, o maior problema relativo à aprovação dessa proposta de reforma é que ela impõe, ao afetar diretamente vários setores da sociedade, um custo político considerável. Sob essa perspectiva, espera-se que o governo se envolva efetivamente na construção de uma maioria no Congresso (na Câmara dos Deputados e no Senado Federal) para a aprovação da proposta. A demora ou a eventual não aprovação terá custos significativos para a economia brasileira nos próximos anos. ■



SHUTTERSTOCK